

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE VÍDEO EDUCACIONAL PARA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL DE ADOLESCENTES

Valesca Patriota de Souza¹ 
Jaqueline Galdino Albuquerque Perrelli¹ 
Waldemar Brandão Neto² 
Maria Beatriz Ferreira Leite de Oliveira Pereira³ 
Tatiane Gomes Guedes¹ 
Estela Maria Leite Meirelles Monteiro¹ 

¹Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Recife, PE, Brasil.

²Universidade de Pernambuco, Programa Associado de Pós-Graduação em Enfermagem. Recife, PE, Brasil.

³Universidade do Minho, Centro de Investigação em Estudos da Criança. Braga, Portugal.

RESUMO

Objetivo: avaliar o processo de construção e validação de um vídeo educacional para prevenção da violência sexual em adolescentes em idade escolar.

Métodos: trata-se de um estudo metodológico, desenvolvido durante o período de setembro de 2018 a fevereiro de 2021 em Recife-PE. Foi realizada a produção de vídeo educacional de acordo com a trajetória metodológica proposta por Kindem e Musberg. O vídeo foi submetido à validação de conteúdo e avaliação de aparência, por juízes especialistas e adolescentes em idade escolar, respectivamente. Na análise dos dados, utilizou-se frequência absoluta, índice de validade de conteúdo e teste binomial.

Resultados: na validação de conteúdo, a concordância foi satisfatória e a média do índice de validade para todos os itens do vídeo foi de 0,92. Na avaliação de aparência, os adolescentes consideraram o vídeo compreensível, com nível de concordância mínima de 92,3%.

Conclusão: o vídeo educacional construído foi considerado válido por juízes, para contribuir no conhecimento e atitude de adolescentes em idade escolar sobre a prevenção da violência sexual.

DESCRITORES: Delitos sexuais. Promoção da saúde. Tecnologia educacional. Adolescentes. Educação em saúde.

COMO CITAR: Souza VP, Perrelli JGA, Brandão Neto W, Pereira MBFLO, Guedes TG, Monteiro EMLM. Construção e validação de vídeo educacional para prevenção da violência sexual de adolescentes. Texto Contexto Enferm [Internet]. 2022 [acesso MÊS ANO DIA]; 31:e20210171. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2021-0171pt>

ELABORATION AND VALIDATION OF AN EDUCATIONAL VIDEO FOR THE PREVENTION OF SEXUAL VIOLENCE IN ADOLESCENTS

ABSTRACT

Objective: to evaluate the elaboration and validation process of an educational video for the prevention of sexual violence in school-age adolescents.

Method: this is a methodological study, developed from September 2018 to February 2021 in Recife-PE. Production of the educational video was carried out according to the methodological path proposed by Kindem and Musberg. The video was submitted to content validation and face evaluation by expert judges and school-age adolescents, respectively. In the data analysis, absolute frequency, Content Validity Index and binomial test were used.

Results: in content validation, agreement was satisfactory and the mean validity index for all video items was 0.92. In the face evaluation, the adolescents considered the video understandable, with a minimum agreement level of 92.3%.

Conclusion: the educational video elaborated was considered by the judges as valid to contribute to the knowledge and attitude of school-age adolescents regarding the prevention of sexual violence.

DESCRIPTORS: Sexual offenses. Health promotion. Educational technology. Adolescents. Education in health.

ELABORACIÓN Y VALIDACIÓN DE UN VIDEO EDUCATIVO PARA PREVENIR LA VIOLENCIA SEXUAL EN ADOLESCENTES

RESUMEN

Objetivo: evaluar el proceso de elaboración y validación de un video educativo para prevenir la violencia sexual en adolescentes en edad escolar.

Métodos: se trata de un estudio metodológico, desarrollado entre septiembre de 2018 y febrero de 2021 en Recife-PE. La producción del video educativo se realizó de acuerdo con el recorrido metodológico propuesto por Kindem y Musberg. El video fue sometido a validación de contenido y evaluación de su aspecto a cargo de jueces especialistas y de adolescentes en edad escolar, respectivamente. En el análisis de los datos, se utilizaron frecuencias absolutas, el Índice de Validez de Contenido y la prueba binomial.

Resultados: en la validación del contenido, la concordancia fue satisfactoria y la media del índice de validez correspondiente a todos los ítems del video fue de 0,92. En la evaluación del aspecto, los adolescentes consideraron que el video es comprensible, con un nivel de concordancia mínima del 92,3%.

Conclusión: el video educativo que se elaboró fue considerado válido por los jueces, con el propósito de contribuir al conocimiento y la actitud de los adolescentes en edad escolar sobre la prevención de la violencia sexual.

DESCRIPTORES: Delitos sexuales. Promoción de la salud. Tecnología educativa. Adolescentes. Educación en salud.

INTRODUÇÃO

A violência sexual abrange qualquer ato sexual, tentativa de ato sexual, comentários indesejáveis sem o consentimento da vítima e até mesmo a comercialização e/ou utilização, por meio de ações impositivas, da sexualidade do indivíduo. Essa injúria pode ocorrer em qualquer faixa etária, sendo mais evidente em crianças e adolescentes, com destaque para o sexo feminino, em virtude da existência das desigualdades de gênero e os valores patriarcais estabelecidos na sociedade¹⁻².

A ocorrência da violência sexual, na realidade brasileira, evidencia que os adolescentes de 10 a 14 anos de idade e do sexo feminino compõem o grupo mais vulnerável². No mundo, em uma população de 120 milhões de crianças e adolescentes do sexo feminino, com idade inferior a 20 anos, é estimado que uma em cada três adolescentes já foram obrigadas a praticar relações sexuais ou foram expostas a situações de violência sexual, além de adolescentes de 15 a 19 anos, em relacionamentos estáveis, vitimadas pela violência sexual perpetradas por seus maridos ou parceiros³.

O adolescente na faixa etária de 15 a 18 anos necessita lidar com a vivência de mudanças corporais e emocionais, com a autodescoberta da sexualidade, em meio às novas posturas sociais que são requeridas em seu processo de busca de maturidade⁴. Para os adolescentes, requer considerar os diversos fatores de risco, associados à ocorrência da violência sexual, tais como: o uso exagerado de álcool e/ou drogas; sexo casual; adolescente espectador ou vítima de violência familiar; pertencer a famílias de baixa renda e escolaridade; estar em situação de falta de moradia; e exposição a relacionamentos em ambientes virtuais. Considera-se, ainda, as atitudes machistas nas relações de gênero como um fator agravante para ocorrência da injúria⁵.

Os jovens que sofrem com esse tipo de agravo, geralmente, não procuram ajuda profissional e outros não possuem conhecimento que a violência sexual está presente em seu cotidiano³. Destaca-se a relevância de considerar a situação de vulnerabilidade que envolve esse grupo populacional, sendo premente o acesso a saberes que fomentem esclarecimentos sobre seu processo de desenvolvimento biopsicosociocultural e sexual, como também seus direitos de cidadania, para assumir, com autonomia, atitudes assertivas, comprometidas com a promoção à saúde e prevenção da violência sexual⁶⁻⁷.

O enfermeiro assume um papel preponderante na atenção primária e em ações educativas em saúde, que constitui estratégia fundamental para propostas de intervenção em promoção à saúde. Cabe enfatizar o embasamento de referenciais teóricos e metodológicos, indutivos de abordagens de ensino e críticas sociais, que valorizem os saberes populares e propiciem a construção de conhecimentos contextualizados e comprometidos com a transformação da realidade⁴⁻⁵.

Com essa intencionalidade de ensino, o envolvimento do público adolescente, em seu contexto escolar, é assegurado através da implementação de políticas públicas que embasam o Programa Saúde na Escola, viabilizando cenários intersetoriais da educação e da saúde, para oportunizar uma formação capaz de minimizar as questões que envolvem a vulnerabilidade social, como as situações de violência sexual⁴.

O uso da tecnologia educacional pode ser utilizado como uma ferramenta que auxilie na identificação precoce do problema, sendo o ambiente escolar propício para o envolvimento do adolescente como protagonista na construção de conceitos e práticas diante das situações vivenciadas^{4,7}.

Incentivar o protagonismo juvenil com a implementação de tecnologias educacionais para prevenção da violência sexual permite que o adolescente, ao considerar as situações vivenciadas em seu cotidiano, seja um agente ativo, com pensamento crítico, com um olhar diferenciado para o seu cotidiano, sua relação com o corpo e através deste com o mundo⁴. Ao pensar o corpo, é necessário considerar os fundamentos teórico da Fenomenologia da Percepção, de Maurice Merleau-Ponty, que em seus argumentos fala da importância do reconhecimento do corpo para o entendimento de sua estrutura como elemento de interação nas relações sociais e que requer ser respeitado e protegido,

além de relatar que cada indivíduo possui poder e consciência, a partir da compreensão do corpo, para o planejamento e execução das ações propícias ao seu crescimento e desenvolvimento⁸. Diante disso, este estudo teve como objetivo avaliar o processo de construção e validação de um vídeo educacional para prevenção da violência sexual em adolescentes em idade escolar.

MÉTODO

Estudo metodológico, desenvolvido no período de setembro de 2018 a fevereiro de 2021 em Recife-PE. A pesquisa fundamentou-se na Fenomenologia da Percepção, de Merleau-Ponty, para uma compreensão da dimensão e complexidade da violência sexual para o adolescente, de modo a instrumentalizar sobre o tipo de abordagem e os conteúdos a serem elencados no desenvolvimento de um vídeo educacional⁸.

Para a elaboração do vídeo, foi utilizada a trajetória metodológica proposta por Kindem e Musberg, que delinea a construção de materiais audiovisuais e consistiu-se em três etapas: pré-produção, produção e pós-produção⁹. Em seguida, formulou-se a primeira versão do vídeo educacional, que foi submetida à validação de conteúdo e avaliação de aparência e, por último, elaborou-se a versão final.

A pré-produção correspondeu desde o momento do surgimento da ideia e construção do roteiro até a elaboração do *storyboard* para a gravação⁹⁻¹⁰. Após estabelecer a ideia central do vídeo, seguiu-se com a elaboração do roteiro, quando surgiu a necessidade de uma revisão da literatura científica que evidenciou dados quanto à percepção dos adolescentes sobre violência sexual, ambientes de maior ocorrência, perfil dos agressores, formas de denúncia e arcabouço legal sobre essa injúria. Em seguida, para aprofundamento nos conhecimentos, foi desenvolvida uma revisão integrativa, realizada de março a dezembro de 2017 e revisada em junho de 2019. A busca, realizada nas bases de dados LILACS, MEDLINE, CINAHL e SCOPUS, bem como nas bibliotecas eletrônicas SciELO e ADOLEC, revelou os principais fatores de risco associados à exposição de adolescentes à violência sexual, possibilitando apreensão da complexidade das demandas em saúde nessa faixa etária.

Além da revisão integrativa, realizou-se o diagnóstico do conhecimento e atitudes sobre a prevenção da violência sexual em adolescentes em idade escolar, cuja compreensão das informações embasou-se na Fenomenologia da Percepção, de Maurice Merleau-Ponty. A escolha da tecnologia educacional ocorreu por meio de duas sessões de grupos focais, realizadas em abril de 2018, com doze adolescentes de uma escola da rede estadual de ensino da cidade do Recife-PE⁴.

O roteiro final fundamentou-se em seis elementos específicos: ideia, conflito, personagens, ação dramática, tempo dramático e unidade dramática¹⁰. As falas foram construídas com linguagem acessível para o público-alvo e embasadas na Fenomenologia da Percepção, de Maurice Merleau-Ponty⁸. Para o *storyboard*, foram inseridos elementos visuais, totalizando 15 imagens, distribuídas em 8 cenas que compuseram as telas sequenciais do vídeo elaborado.

Na etapa de produção, executada com o processo de gravação em si, ocorreu a inserção das informações da etapa anterior na plataforma *Video Scribe*, no formato *Whiteboard animation*, que contém ilustrações já prontas em seu acervo, como também permite a busca na internet por imagens não disponíveis¹¹. Para uma acústica adequada, o áudio do vídeo foi gravado no Estúdio Apollo 17. Esse áudio acompanhou as imagens inseridas nas cenas, elucidando conceitos incompreensíveis e ideias abstratas, de maneira atrativa e prazerosa. A pós-produção, que iniciou com a captação de todo o material da produção para formular o conteúdo audiovisual planejado na pré-produção, consistiu na edição das imagens e inserção do áudio na plataforma *Video Scribe*, configurando-se na primeira versão do vídeo, convertida em MP4.

Após a construção, o vídeo foi submetido à validação de conteúdo por juízes especialistas em violência sexual. Os juízes foram selecionados de acordo com os critérios de Jasper¹². Optou-se pela amostragem por cálculo amostral, baseado em estudo anterior¹³. Utilizou-se a fórmula $n = (Z\alpha)^2$.

$P (1-P)/d2$, onde “n” representa o número de especialistas, “Z” equivale ao nível de significância desejado, “P” indica a proporção mínima de especialistas a considerar o item/instrumento adequado e “d” equivale ao grau de precisão da estimativa. Aplicando a proporção de 85% de aceitação entre os juízes e intervalo de confiança de 95%, resultou em 22 juízes expertises¹³. No entanto, adotou-se um número ímpar de juízes para evitar questionamentos ambíguos¹⁴.

Para facilitar a seleção dos participantes, a amostra ocorreu por meio da técnica bola de neve. O primeiro juiz foi selecionado pela plataforma *lattes* e os demais foram selecionados mediante a indicação ou recomendação de sujeitos anteriores, conforme os critérios estabelecidos. Os indicados foram contactados pelos seus endereços eletrônicos¹⁵. O instrumento de validação de conteúdo, enviado via *e-mail* em formato de formulário eletrônico do *Google Forms*[®], foi baseado em um estudo encontrado na literatura¹⁶, que mostra os critérios que devem ser analisados em uma validação de conteúdo. Tal instrumento, de caráter auto aplicado, foi composto de 52 itens, com espaço para comentários e/ou sugestões, e uma questão dissertativa.

Do total de itens, 16 corresponderam aos dados de identificação e caracterização socioeconômica e os demais distribuídos nas seções: objetivos (propósitos, metas ou finalidades); estrutura (apresentação, organização, estratégia, coerência e suficiência); e relevância (significância, impacto, motivação e interesse)¹⁶. Para avaliação do grau de concordância de cada item, considerou-se como critério as respostas “sim” ou “não”. Já para a avaliação do grau de relevância, o critério utilizado, para cada item, foi: 0 - irrelevante, não representativo; 1 - parcialmente relevante, necessita de revisões para ser representativo; 2 - realmente relevante, representativo; e 3 - muito relevante, extremamente representativo.

Na análise do grau de relevância dos itens, calculou-se o Índice de Validade de Conteúdo (IVC), sendo considerado desejável pontuação igual ou superior a 0,80, seguindo as três formas¹⁵:

- I-CVI (*item-level content validity index*): para cada item, o I-CVI computou o número de juízes que avaliaram o item de forma positiva, ou seja, relevante/representativo e muito relevante/extremamente representativo;
- S-CVI/Ave (*scale-level content validity index, average calculation method*): média dos I-CVI's de todos os itens da escala;
- S-CVI/UA (*scale-level content validity index*): proporção dos itens avaliados como relevante/representativo e necessita de pequena correção, por todos os juízes.

O instrumento foi disponibilizado aos juízes por um período de 30 dias. Para os participantes que não atenderam ao prazo, estendeu-se mais 20 dias, sendo excluídos os que não enviaram no período estipulado. Após a análise dos dados, o vídeo foi alterado conforme as mudanças propostas pelos juízes.

A avaliação de aparência, realizada com adolescentes em idade escolar de uma escola da rede estadual de ensino da cidade do Recife-PE, baseou-se nos seguintes critérios de inclusão: encontrar-se matriculado na instituição de ensino, na faixa etária de 15 a 18 anos e não possuir limitação cognitiva incompatível com a avaliação do vídeo. O preenchimento incompleto do instrumento e o afastamento das atividades escolares por adoecimento ou suspensão foram utilizados como critério de exclusão.

Utilizou-se a amostragem não probabilística intencional, que não utiliza formas aleatórias de seleção, pois nessa análise o interesse é na opinião do público-alvo, mas não em sua representatividade numérica¹⁵. O quantitativo de participantes baseou-se em estudo anterior realizado com escolares para validação de um material educacional, totalizando treze adolescentes¹⁷.

Os adolescentes foram convidados na própria instituição, com agendamento prévio e de acordo com a conveniência da coordenação de ensino. Disponibilizou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos adolescentes com 18 anos completos e aos pais dos participantes menores de 18 anos, que também tiveram que assinar o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). Após aprovação das partes envolvidas, o vídeo educacional foi exposto em uma sala reservada da própria instituição de ensino, para que fosse avaliado na íntegra pelo adolescente, sendo preenchido um formulário de avaliação de aparência, de forma individual.

O formulário autoaplicável na avaliação de aparência, construído e adaptado a partir de outros estudos que avaliaram materiais educacionais, continha dados referentes a identificação e avaliação dos seguintes aspectos¹⁷⁻¹⁹:

- organização: a forma lógica como as informações estão dispostas;
- estilo da escrita: linguagem clara e acessível ao público;
- aparência: a distribuição das informações, adequação de layout, fonte e ilustrações;
- motivação: o material possui a capacidade de interação, promovendo o interesse e/ou motivação do público-alvo.

Para avaliação do grau de concordância de cada item, considerou-se como critério as respostas “sim” ou “não”, com um espaço para comentários e/ou sugestões¹⁷.

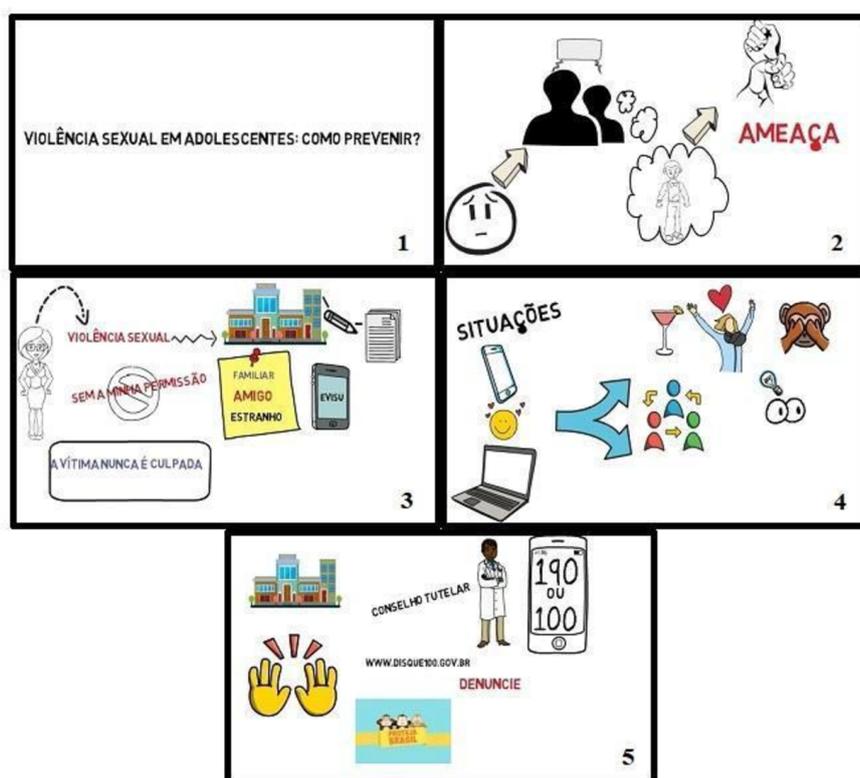
Os dados da validação de conteúdo foram analisados no SPSS, versão 20.0, organizados de acordo com a análise estatística descritiva, com valores absolutos e relativos. Ao final, os dados encontrados foram apresentados em tabelas. As sugestões e contribuições para alterações no vídeo apreciado foram apresentadas em quadros. A fenomenologia da percepção, de Merleau-Ponty, ainda se fez necessário para a análise dos dados recolhidos com os juízes e com os adolescentes, em relação ao registro de sugestões e comentários sobre a tecnologia apreciada, contribuindo para apreender a incorporação da pertinência e importância de oportunizar conhecimentos e discussões sobre o tema.

Ademais, aplicou-se o Teste Binomial para comparar a proporção de concordância dos juízes, com índice de concordância igual ou superior a 85% ($P > 0,85$), sendo considerado o nível de significância de 5%¹⁵. A avaliação de aparência seguiu a mesma organização dos dados da validação de conteúdo, sendo realizado apenas a análise estatística descritiva, com valores absolutos e relativos. Após essa avaliação, elaborou-se a versão final do vídeo educacional.

RESULTADOS

A versão final do vídeo apresenta duração de sete minutos e oito segundos, composta por abertura; definição de violência sexual; conhecimento e atitudes de adolescentes diante de um ato de violência sexual; situações que expõem o adolescente à violência sexual; e formas de denunciar, conforme representação das cenas na Figura 1.

Na validação de conteúdo, participaram dez (43,4%) juízes da região Sudeste, sete (30,3%) da região Nordeste, cinco (22,0%) da região Sul do Brasil; e um (4,3%) do Estado de Morelos, no México. Dos juízes participantes, quatorze (60,9%) eram enfermeiros, dois (8,7%) médicos, dois (8,7%) psicólogos e os demais profissionais (assistente social, educador físico, fisioterapeuta, nutricionista e sociólogo) com um (4,3%) participante cada; dez (43,5%) possuíam título de doutor, sete (30,4%) com pós-doutorado, quatro (17,4%) mestres e os demais eram especialistas. Quanto à atividade profissional, vinte e um (91,3%) possuíam experiência em pesquisa e ensino na temática e dezesseis (69,6%) tinham experiência na prática assistencial envolvendo violência sexual em adolescentes.



Legenda: (1) abertura; (2) definição de violência sexual; (3) conhecimento e atitudes de adolescentes diante de um ato de violência sexual; (4) situações que expõem o adolescente à violência sexual; (5) formas de denunciar.

Figura 1 – Representação das cenas do vídeo educacional: "Violência Sexual em Adolescentes: Como Prevenir?". Recife, PE, Brasil, 2020.

Na validação de conteúdo, houve concordância mínima de 86,9% nos itens referentes aos objetivos, estrutura/apresentação e relevância, exceto para o item 15, que versa sobre a duração do vídeo e apresentou concordância de 60,9%. Os nove juízes que discordaram do item 15 relataram que o vídeo estava extenso e com muitas informações científicas, o que poderia tornar-se cansativo para o público-alvo. Assim, o tempo do vídeo foi reduzido e foram excluídas as legislações e informações consideradas de difícil entendimento para os adolescentes.

Houve 95,6% de concordância pelos juízes no item 3, 9 e 17. Nos itens 3 e 17, os juízes que discordaram não apresentaram justificativas. Já no item 9, o único juiz que discordou apresentou como justificativa a utilização do termo "prostituição infanto-juvenil", considerado uma expressão em desuso, pois o adolescente não se prostitui, é alguém que o explora. Destarte, o referido termo foi excluído e alterado por exploração sexual. Nos itens 4 e 14 houve unanimidade de concordância entre os juízes que destacaram propiciar uma reflexão sobre o problema da violência sexual, além da atualidade do tema, respectivamente (Tabela 1).

A relevância dos itens, expressa pelo cálculo do I-CVI, com o valor do S-CVI/AVE, são visualizados na Tabela 1. Na maioria dos itens avaliados, o I-CVI foi $>0,90$, exceto para o item 15, com CVI 0,65. Com relação aos objetivos, a concordância foi de 92,14% e S-CVI/AVE=0,94; na estrutura/apresentação, concordância de 87,8% e S-CVI/AVE=0,90; e para a relevância, concordância de 89,8% e S-CVI/AVE=0,92. A proporção dos itens do instrumento que atingiram total concordância (parcialmente relevante, realmente relevante e muito relevante) obteve o valor do S-CVI/UA de 0,93. A média do CVI para todos os itens do vídeo, representando a validade de conteúdo global do vídeo (S-CVI/AVE), totalizou 0,92, acima do CVI desejável¹⁹.

Tabela 1 – Concordância dos juízes quanto aos objetivos, estrutura, apresentação e relevância do vídeo educacional. Recife, PE, Brasil, 2019.

Itens	Concordância dos juízes		p [‡]
	n (%)*	I-CVI [†]	
Objetivos			
1.Contempla tema proposto	20 (86,9)	0,90	0,869
2.Adequa-se para o ensino-aprendizagem	21 (91,3)	0,95	0,913
3.Esclarece dúvidas sobre o tema abordado	22 (95,6)	0,96	0,956
4.Proporciona reflexão sobre o tema	23(100,0)	1	1
5.Incentiva mudança de comportamento	20 (86,9)	0,90	0,869
Percentual de concordância (S-IVC/AVE) = 0,94			
Estrutura/Apresentação			
6.Linguagem adequada ao público-alvo	20 (86,9)	0,90	0,869
7.Linguagem apropriada ao material educativo	20 (86,9)	0,90	0,869
8.Linguagem permite interação/envolvimento	21 (91,3)	0,95	0,913
9.Informações corretas	22 (95,6)	0,97	0,956
10.Informações objetivas	20 (86,9)	0,90	0,869
11.Informações esclarecedoras	21 (91,3)	0,95	0,913
12.Informações necessárias	20 (86,9)	0,90	0,869
13.Sequência lógica das ideias	21 (91,3)	0,93	0,913
14.Tema atual	23 (100,0)	1	1
15.Tamanho do vídeo adequado	14 (60,9)	0,65	0,608
Percentual de concordância (S-IVC/AVE) = 0,90			
Relevância			
16.Estimula o aprendizado	20 (86,9)	0,90	0,869
17.Contribui para o conhecimento na área	22 (95,6)	0,97	0,956
18.Desperta interesse pelo tema	20 (86,9)	0,90	0,869
Percentual de concordância (S-IVC/AVE) = 0,92			

*número de juízes que julgaram o item como adequado; [†]Item-level Content Validity Index; [‡]Teste binomial.

Na avaliação de aparência, participaram 13 adolescentes, sendo 7 (53,8%) do sexo masculino, 9 (69,2%) com 18 anos e os demais com 16 e 17 anos; todos cursavam o ensino médio. Os adolescentes consideraram o vídeo compreensível, com nível de concordância mínima de 92,3% nos aspectos de organização e aparência; houve unanimidade na concordância do estilo da escrita e da motivação (Tabela 2).

Na versão final do vídeo, foi apresentado um diálogo de fácil entendimento para o público-alvo, sendo adotado um conteúdo mais contextualizado e compacto, o que assegurou uma redução entre uma cena e outra, além da inserção de imagens mais representativas e significativas, proporcionando maior interação e motivação do adolescente.

Tabela 2 – Avaliação dos adolescentes quanto à organização, estilo da escrita, aparência e motivação do vídeo educacional. Recife, PE, Brasil, 2019.

Itens	Respostas		Concordância (%)
	Sim	Não	
Organização			
1. Início do vídeo chama atenção e indica sobre o conteúdo do material	12	1	0,923
2. Duração do vídeo está adequada para fornecer informações de conhecimento e atitude sobre o tema	12	1	0,923
Estilo da escrita			
3. Tipo, cor e tamanho da letra do vídeo facilitam o entendimento	13	0	1
4. Linguagem apresentada no vídeo facilita a comunicação	13	0	1
Aparência			
5. Imagens, cores e personagens são atrativos	12	1	0,923
Motivação			
6. Forma como as cenas foram construídas motiva os adolescentes a assistir o vídeo	13	0	1
7. Cenas apresentadas informam como prevenir a violência sexual	13	0	1

DISCUSSÃO

A evidência científica de que o conhecimento e a atitude dos adolescentes sobre a prevenção da violência sexual mostraram-se incipiente e esse dado concorreu para a construção de um vídeo educacional sobre a temática, validado por juízes nacionais e internacionais⁴. O vídeo educacional constitui uma ferramenta promissora no aspecto de prevenção da violência sexual em adolescentes em idade escolar, ao contribuir para desvelar essa vulnerabilidade, propiciando a discussão e conscientização do público alvo no enfrentamento desse problema. Cabe reconhecer a complexidade dos fatores de vulnerabilidade, para instrumentalizar ações educativas direcionadas ao combate desse crime.

Os resultados demonstraram que o vídeo educacional é adequado, ao apresentar um conteúdo claro e contextualizado, evidenciando fenômenos que precisam ser problematizados, interpretados e compreendidos pelos adolescentes. A teoria da percepção, de Maurice Merleau-Ponty, possibilita uma compreensão aprofundada da violência sexual, ao conceber que o corpo está intimamente integrado à consciência, que determina a intencionalidade dos comportamentos e atitudes, sinalizada pelo movimento corporal na execução das ações e atividades do cotidiano⁸.

A intencionalidade, para ser considerada positiva, requer que o adolescente reconheça seu corpo e possa estabelecer limites, para que seja respeitado seu espaço, corpo, privacidade e integridade física e emocional. A consciência revela a compreensão do corpo como elemento essencial e integrado na construção do conhecimento e atitudes para o enfrentamento da violência sexual⁸.

Os adolescentes que sofrem violência sexual tendem a apresentar complicações devastadoras, com comprometimento dos aspectos biopsicossociais⁷. Sendo assim, o adolescente necessita desenvolver uma autopercepção do seu corpo e movimento, para a apreensão de conhecimentos

e atitudes positivas no enfrentamento à violência sexual. Para Merleau-Ponty, a percepção difere da sensação, ao considerar a percepção como um ato regido pela consciência para apreender um determinado objeto e a sensação como um instrumento para alcance de um objetivo, sendo necessário destacar que as sensações são compreendidas no movimento e a percepção está diretamente relacionada à atitude corporal, que se constitui como real, a partir de diferentes olhares sobre o mundo⁸.

Um estudo qualitativo, realizado com adolescentes, revelou a precocidade para o início das relações sexuais sem o consentimento da vítima, como apresentado no vídeo educacional construído⁴. Todo adolescente possui o direito à saúde e à vida, sendo inaceitável a exposição a situações de violência sexual. Ainda assim, casos existentes na infância, com continuidade na adolescência, encontram-se elevados²⁰⁻²².

Na maioria das situações, o adolescente tem dificuldade de identificar as atitudes presentes em seu cotidiano como atos de violência sexual, sendo evidente a importância da escola para inserção de estratégias de identificação e prevenção sistemática²³. A escola constitui um ambiente propício para implementação de ações voltadas para prevenção à violência sexual, assim como apresentado no vídeo educacional, que fortaleceu o papel da escola como rede de apoio ao adolescente na construção do conhecimento e atitude diante das situações existentes em seu cotidiano. Ainda, o poder público e sociedade em geral devem atentar para interação do adolescente na rede escolar, pois a maioria dos casos notificados referem-se a adolescentes em idade escolar, não sendo nítido o local de ocorrência do agravo²³.

Um estudo²⁴ desenvolvido em todas as regiões do Brasil revelou altos índices de abuso sexual contra crianças e adolescentes, sendo o sexo feminino o mais vulnerável. A naturalização desse tipo de agravo constitui uma atitude social danosa, forjada por uma alienação quanto à concepção da mulher como sexo frágil e a culpabilização da vítima, constituindo um campo fértil para a ocorrência da violência sexual. O vídeo educacional desenvolvido permitirá a desmistificação de conceitos pré-concebidos, que fragmentam e alimentam posturas de tabus, ao revelar que, inobstante ao sexo, o conhecimento é uma ferramenta indispensável para prevenir a violência sexual.

O vídeo construído considerou a violência sexual em duas abordagens: com e sem contato físico. No Brasil, um estudo realizado com adolescentes demonstra que a maioria dos casos ocorre sem contato físico. Esse dado pode estar associado com a dificuldade de notificação dos abusos sexuais com contato físico, pois cerca de dois terços dos violentados nunca revelam o acontecimento, assim como a maioria dos casos não é remetido às autoridades competentes¹⁸.

A vítima, em demasiadas situações, carrega consigo o sentimento de culpa diante da ocorrência de um ato de violência sexual. Mesmo sendo nítida na legislação que a vítima nunca é culpada, a sociedade, na maioria das ocasiões, insiste em fortalecer essa calúnia. Além disso, a denúncia muitas vezes é negligenciada pela vítima, por medo de ser acusada de provocar o agravo, como abordado no vídeo educacional.

Uma pesquisa detectou que o tempo transcorrido entre o ato sexual e a denúncia varia de horas até um ano e dois meses, sendo esse intervalo relacionado diretamente com o grau de parentesco entre o agressor e a vítima. A pesquisa ainda detectou que, das 29 vítimas que realizaram a denúncia até 72 horas após a ocorrência do agravo, em 43,5% dos casos o agressor era um desconhecido; em 20,4% era o parceiro íntimo; e o restante eram familiares. Para denúncias após esse período inicial de 72 horas, na maioria dos casos, o agressor era um estranho²⁵. O vídeo educacional construído impulsiona a magnitude da denúncia, independentemente do grau de parentesco, pois a notificação dos casos proporciona a viabilidade de combate ao surgimento ou recorrência de atos de violência sexual.

No vídeo, foi apresentado que o agressor pode ser um familiar, amigo ou desconhecido. Evidência científica revela o elevado percentual de agressões perpetradas por familiares, com 21,5% nos adolescentes de 10 a 14 anos e 25,7% nos de 15 a 19 anos²⁵. Outra pesquisa mostrou que de dois terços a três quartos das agressões sexuais contra adolescentes são cometidas por um parente ou conhecido; e quanto menor a faixa etária do adolescente maior a ocorrência da violência sexual ocasionada por membro familiar²⁶. Já um estudo que identificou a violência sexual extrafamiliar, apresentou como agressores, primeiramente, desconhecidos, seguido de amigos e pessoa com relação institucional. Ao se referir aos casos intrafamiliares, destacou-se a violência praticada pelo conjugue/namorado, padrasto, pai biológico e irmão. Ao comparar a faixa etária das vítimas, em relação à violência sexual intrafamiliar e extrafamiliar, evidenciou-se que os adolescentes sofrem, em maior número, violência intrafamiliar²⁷.

Outras cenas apresentadas no vídeo estendem-se a informações relacionadas a fatores de risco associados com a exposição de adolescentes à violência sexual, destacando o uso de álcool e outras drogas e relacionamentos em ambientes virtuais como segmentos de vulnerabilidade para o adolescente. Além dos fatores de risco destacados, os demais devem ser considerados, tanto pelo enfermeiro quanto por outros profissionais de saúde, no diálogo com os adolescentes, seja na escola, na unidade de saúde ou outros locais, vislumbrando a execução de ações de prevenção, dizimando os resultados opressores que a violência sexual pode produzir na vida desse jovem⁵.

Os juízes, ao avaliarem o conteúdo do vídeo, consideraram adequados para o processo de ensino e aprendizagem. Nessa concepção, estudos experimentais devem ser estimulados no propósito de avaliar o efeito do vídeo educacional na prevenção da violência sexual em adolescentes, vislumbrando a disponibilização de resultados científicos robustos na comunidade em estudo.

Para abordagem de educação em saúde com adolescentes, é necessário o uso de artifícios que viabilizem o processo de ensino e aprendizagem específicos para esse público, uma vez que possuem características inerentes à fase de transição entre a infância e a vida adulta, resultando em aspectos que devem ser considerados na elaboração da tecnologia. Considerando a adolescência como uma fase em que o indivíduo possui pouca experiência em relação ao conhecimento do seu corpo, torna-se necessário enfatizar que a experiência do corpo é um campo criador de sentidos, visto que a percepção não é uma representação mentalista, mas um acontecimento da corporeidade que representa a existência⁸.

A fenomenologia da percepção, de Merleau-Ponty, torna evidente sua relação com o presente estudo, pois a adolescência é a fase em que são desenvolvidas a vivência de sua subjetividade e historicidade, com objetos culturais, das relações sociais, do diálogo, das tensões, das contradições e do amor como amálgama das experiências afetivas. Sendo assim, é desenvolvido o reconhecimento do sujeito com seu corpo, com o outro, com o mundo da cultura e das relações sociais e afetivas⁸.

O reconhecimento de característica e postura, presentes na população adolescente, como inquietude, busca do novo, inexperiência, agilidade com os meios eletrônicos, falta de atenção, paciência limítrofe, requer atenção dos profissionais envolvidos com a elaboração de tecnologias educacionais voltadas a esse público-alvo, para desenvolver textos com linguagem clara, objetivos e curtos; blocos curtos de informação; imagens que oportunizem a interação; aumento de contraste e animações; falas que retratem sua faixa etária; locais que remetem sua realidade cotidiana^{4,19}. Esse achado aguça os dados apreendidos em pesquisa na Ásia, que desenvolveu um vídeo educacional como ferramenta para aumentar a conscientização sobre o suicídio entre os adolescentes. O vídeo caracterizou-se por apresentar informações pertinentes ao público-alvo, com linguagem clara e com reduzido tempo de duração, para ser considerado adequado ao cotidiano do adolescente¹⁹.

Na avaliação dos juízes, o vídeo educacional apresentou informações corretas, objetivas e claras para o público-alvo. Os dados apresentados pelos juízes são semelhantes aos achados de

dois estudos brasileiros, que lidaram com a construção e validação de tecnologia educacional com orientação para a prevenção, em diferentes âmbitos¹⁸⁻¹⁹. A validação de conteúdo é destacada com grande significância para a oferta de uma tecnologia educacional com informações corretas, objetivas, além do conteúdo direcionado ao público que será beneficiado¹⁵.

Na validação de conteúdo, os juízes participantes concordaram que o vídeo permite ao educador em saúde estimular uma reflexão sobre a temática, oportunizando a apreensão, pelo adolescente, de conhecimentos e atitudes na prevenção da violência sexual. O processo dialógico e reflexivo oportunizado contribui para ampliar seu conhecimento e suceder em atitudes mais assertivas, diante das situações vivenciadas em seu contexto. Outro vídeo educacional, construído e validado com pessoas surdas sobre ressuscitação cardiopulmonar, também confirmou, na análise por juízes, a competência de proporcionar reflexão sobre o tema, sendo imprescindível quando a proposta requer uma atitude de protagonismo¹⁹. Essa propriedade de reflexão, proporcionada pela tecnologia educacional avaliada, é um ponto relevante quando se trabalha a prevenção da violência sexual em adolescentes, uma vez que essa faixa etária possui características específicas.

Ao considerar as especificidades dos adolescentes, os juízes propuseram alterações relacionadas à duração, linguagem verbal do vídeo e inadequação na utilização do termo “prostituição infanto-juvenil”. Em pesquisa brasileira, que validou vídeo educacional desenvolvido sobre vacinação contra o papilomavírus, também foi sugerido pelos juízes que o vídeo evitasse o uso de termos técnicos, privilegiando uma linguagem mais acessível ao público-alvo e um tempo reduzido, para não ser cansativo¹⁸. A alteração no termo “prostituição infanto-juvenil” decorre de sua inadequação, visto que o adolescente não se prostitui, mas é vítima de exploração sexual. Com a aplicação, no vídeo, das alterações propostas, buscou-se uma linguagem compreensível, não literária e objetiva, com redução e articulação entre as cenas, estabelecendo uma compreensão temática e atendendo requisitos didáticos, para assegurar um produto mais atrativo ao adolescente.

Nesse cenário, percebeu-se a importância da participação dos adolescentes na avaliação da aparência do vídeo educacional, pois possibilitou observar a interação e identificação deles com o vídeo. Essa avaliação de aparência viabilizou uma tecnologia mais fidedigna ao que se propõe, oportunizando informações mais coerentes com a apresentação de conteúdos que facilitam a construção de conhecimentos e o desenvolvimento de atitudes pelos adolescentes, para a prevenção da violência sexual.

No que se refere à avaliação das ilustrações utilizadas na composição do vídeo educacional, os adolescentes afirmaram serem instigantes, com aspectos semelhantes à realidade. A avaliação desse preceito, similarmente, foi realizada em outras pesquisas que produziram vídeos educacionais¹⁸⁻¹⁹. Ao retratar o cotidiano, as ilustrações apresentadas no vídeo viabilizaram a interação com os adolescentes, possibilitando maior emoção e postura reflexiva sobre as imagens. As informações apresentadas em formato de vídeo permitem a comunicação no contexto educacional, social e econômico desses jovens, facilitando a interrupção de limites, como a baixa escolaridade vista em um país de desigualdades. Por ser um instrumento de fácil acesso, possibilita a divulgação das informações de saúde, considerando os indivíduos em diversas circunstâncias^{4,18-19}.

Este estudo tem como limitação a avaliação de aparência do vídeo ter sido realizada apenas com adolescentes de instituição pública de ensino, podendo divergir de adolescentes de instituições privadas, pela própria realidade socioeconômica.

CONCLUSÃO

A construção, validação de conteúdo e avaliação de aparência de um vídeo educacional sobre a prevenção da violência sexual em adolescentes decorreu de uma interlocução dos saberes científicos, evidenciados na literatura, em diálogo com os saberes prévios, inquietações e demandas

do público adolescente, de modo a instrumentalizar uma proposta comprometida com o protagonismo do público-alvo em todas as etapas do desenvolvimento do vídeo.

A violência sexual simboliza uma temática de complexa abordagem, principalmente ao ser discutida com o público adolescente. Nesse sentido, o embasamento na teoria da Fenomenologia da Percepção, de Maurice Merleau-Ponty, instrumentalizou os requisitos de sensibilidade e consistência no conteúdo apresentado no vídeo, ascendendo para a construção do conhecimento, a partir da contextualização de situações que requerem um discernimento crítico para reconhecê-las e solicitar ajuda, de modo a romper com o ciclo de violência.

O vídeo estimula a discussão sobre o tema, ao contribuir para o reconhecimento, pelo adolescente, de situações consideradas como violência sexual e que poderiam gerar insegurança e medo, como também orienta sobre as possibilidades de resguardar seus direitos de proteção, diante da denúncia desse crime e obtenção de apoio necessário.

O vídeo “Violência sexual em adolescentes: como prevenir?” pode ser utilizado por enfermeiros e demais profissionais para impulsionar estratégias de educação em saúde, em consonância com as políticas públicas de saúde escolar. Sugere-se, contudo, a realização de estudos experimentais com a aplicação do vídeo em questão, para verificar a sua efetividade com os adolescentes.

REFERÊNCIAS

1. Decker MR, Wood SN, Ndinda E, Yenokyan G, Sinclair J, Maksud N, et al. Sexual violence among adolescent girls and young women in Malawi: a cluster-randomized controlled implementation trial of empowerment self-defense training. *BMC Public Health* [Internet]. 2018 [acesso 2019 Dez 22];18(1):1341. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-018-6220-0>
2. Delzियो CR, Bolsoni CC, Lindner SR, Coelho EBS. Qualidade dos registros de violência sexual contra a mulher no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) em Santa Catarina, 2008-2013. *Epidemiol Serv Saúde* [Internet]. 2018 [acesso 2019 Dez 22];27(1):e20171493. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742018000100003>
3. Sena CA, Silva MA, Falbo Neto GH. The incidence of sexual violence among children and adolescents in Recife, State of Pernambuco, Brazil, in 2012 and 2013. *Ciênc Saúde Colet* [Internet]. 2018 [acesso 2019 Dez 22];23(5):1591-9. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018235.18662016>
4. Souza VP, Gusmão TLA, Frazão LRSB, Guedes TG, Monteiro EMLM. Protagonism of adolescents in planning actions to prevent sexual violence. *Texto Contexto Enferm* [Internet]. 2020 [acesso 2020 Jul 4];29(1):e20180481. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0481>
5. Souza VP, Gusmão TLA, Brandão Neto W, Guedes TG, Monteiro EMLM. Fatores de risco associados à exposição de adolescentes à violência sexual. *Av Enferm* [Internet]. 2019 [acesso 2020 Jul 4];37(3):36-74. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/av.enferm.v37n3.77050>
6. Bittar DB, Nakano AMS. Violência simbólica entre adolescentes nas relações afetivas do namoro. *Rev Esc Enferm USP* [Internet]. 2017 [acesso 2019 Maio 7];51:e03298. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2017003003298>
7. Orindi BO, Maina BW, Muuo SW, Birdthistle I, Carter DJ, Floyd S, et al. Experiences of violence among adolescent girls and young women in Nairobi’s informal settlements prior to scale-up of the DREAMS Partnership: prevalence, severity and predictors. *PLoS One* [Internet]. 2020 [acesso 2020 Dez 9];15(4):e0231737. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0231737>
8. Merleau-Ponty M. *Fenomenologia da percepção*. 5th ed. São Paulo, SP(BR): Editora WMF Martins Fontes; 2018. 555 p.

9. Kindem GRBM. Introduction to media production: the path to digital media production. 4th ed. Editora Routledge; 2009. 532 p.
10. Comparato D. Da criação ao roteiro: teoria e prática. 4th ed. São Paulo, SP(BR): Summus Editorial; 2016. 720 p.
11. Li M, Lai CW, Szeto WM. Whiteboard animations for flipped classrooms in a common core science general education course. 5th International Conference on Higher Education Advances, Universitat Politècnica de València, València [Internet]. 2019 [acesso 2020 Maio 9];929-38. Disponível em: <https://riunet.upv.es/handle/10251/125841>
12. Jasper MA. Expert: a discussion of the implications of the implications of the concept as used in nursing. J Adv Nurs [Internet]. 1994 [acesso 2019 Jun 2];20(4):769-76. Disponível em: <https://doi.org/10.1046/j.1365-2648.1994.20040769.x>
13. Lopes MVO, Silva VM, Araujo TL. Validation of nursing diagnosis: challenges and alternatives. Rev Bras Enferm [Internet]. 2013 [acesso 2019 Set 12];66(5):649-55. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000500002>
14. Alexandre NMC, Coluci MZO. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. Ciênc Saúde Colet [Internet]. 2011 [acesso 2019 Set 12];16(7):3061-8. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000800006>
15. Denise F, Polit CTB. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática da Enfermagem. 9th ed. Editora Artmed; 2018. 456 p.
16. Leite SS, Áfio ACE, Carvalho LV, Almeida PC, Silva JM, Pagliuca LMF. Construção e validação de instrumento de validação de conteúdo educativo em Saúde. Rev Bras Enferm [Internet]. 2018 [acesso 2019 Set 12];71(Suppl 4):1635-41. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0648>
17. Martins FDP, Pontes CM, Javorski M, Gomes LF, Barros ACR, Leal LP. Design and validation of an evaluation instrument on knowledge of schoolchildren about breastfeeding. Acta Paul Enferm [Internet]. 2017 [acesso 2019 Maio 12];30(5):466-78. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201700068>
18. Galindo-Neto NM, Alexandre ACS, Barros LM, Sá GGM, Carvalho KM, Caetano JÁ. Creation and validation of an educational video for deaf people about cardiopulmonary resuscitation. Rev Lat Am Enfermagem [Internet]. 2019 [acesso 2021 Fev 3];27:e3130. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.2765.3130>
19. Interaminense INCS, Oliveira SC, Linhares FMP, Guedes TG, Ramos VP, Pontes CM. Construction and validation of an educational video for human papillomavirus vaccination. Rev Bras Enferm [Internet]. 2020 [acesso 2021 Fev 3];73(4):e20180900. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0900>
20. Brasil. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências [Internet]. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1990 [acesso 2021 Fev 18]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266
21. Miranda MHH, Fernandes FECV, Melo RA, Meireles RC. Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise da prevalência e fatores associados. Rev Esc Enferm USP [Internet]. 2020 [acesso 2020 Abr 4];54:e03633. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019013303633>
22. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disque direitos Humanos: Relatório 2019. Brasília, DF(BR); 2020 [acesso 2021 Abr 7]. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-2019_disque-100.pdf

23. Santos MJ, Mascarenhas MDM, Rodrigues MTP, Monteiro RA. Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola - Brasil, 2010-2014. *Epidemiol Serv Saude* [Internet]. 2018 [acesso 2019 Out 12];27(2):e2017059. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742018000200010>
24. Acosta DF, Amarijo CL, Silva CD, Gomes VLO, Cazeiro CC. Violência sexual: da denúncia à criminalização do agressor. *Rev Enferm UERJ* [Internet]. 2016 [acesso 2020 Set 18];24(2):e11518. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2016.11518>
25. Delziovo CR, Bolsoni CC, Nazário NO, Coelho EBS. Características dos casos de violência sexual contra mulheres adolescentes e adultas notificados pelos serviços públicos de saúde em Santa Catarina, Brasil. *Cad Saúde Pública* [Internet]. 2017 [acesso 2020 Set 18];33(6):e00002716. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00002716>
26. Crawford-Jakubiak JE, Alderman EM, Leventhal JM, Flaherty EG, Idzerda S, Legano L, et al. Care of the adolescent after an acute sexual assault. *Pediatrics* [Internet]. 2017 [acesso 2020 Out 12];139(3):e20164243. Disponível em: <https://doi.org/10.1542/peds.2016-4243>
27. Nunes MCA, Lima RFF, Morais NA. Violência sexual contra mulheres: um estudo comparativo entre vítimas adolescentes e adultas. *Psicol Ciênc Prof* [Internet]. 2017 [acesso 2020 Out 23];37(4):956-69. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003652016>

NOTAS

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído da tese – Construção e validação de vídeo educacional para prevenção da violência sexual em adolescentes escolares, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco, em 2021.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo: Souza VP, Guedes TG, Monteiro EMLM.

Coleta de dados: Souza VP, Monteiro EMLM.

Análise e interpretação dos dados: Souza VP, Guedes TG, Monteiro EMLM.

Discussão dos resultados: Souza VP, Guedes TG, Monteiro EMLM.

Redação e/ou revisão crítica do conteúdo: Souza VP, Perrelli JGA, Brandão Neto W, Pereira MBFLO, Guedes TG, Monteiro EMLM.

Revisão e aprovação final da versão final: Souza VP, Perrelli JGA, Brandão Neto W, Pereira MBFLO, Guedes TG, Monteiro EMLM.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco, sob Parecer nº 2.911.067 e CAAE: 78753417.9.0000.5208.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses.

EDITORES

Editores Associados: Bruno Miguel Borges de Sousa Magalhães, Ana Izabel Jatobá de Souza.

Editor-chefe: Roberta Costa.

HISTÓRICO

Recebido: 27 de maio de 2021.

Aprovado: 29 de novembro de 2021.

AUTOR CORRESPONDENTE

Valesca Patriota de Souza

valesca.souza@ufpe.br